

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**



8 **Assembleia Ordinária**

9 Aos seis dias do mês de dezembro do ano de 2013, às 8h33 minutos em primeira convocação,
10 no auditório da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, situada no
11 Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba –
12 Paraná, estiveram reunidos os componentes do **Conselho Estadual de Assistência Social –**
13 **CEAS/PR** convocados especialmente para essa ocasião. No horário determinado, a Presidente
14 desse Colegiado, **Conselheira Inês Roseli Soares Tonello** procedeu a primeira chamada,
15 sendo constatada a presença dos seguintes Conselheiros: - Artur Andrade (NASA de Foz do
16 Iguaçu), Plínio M. Madureira (APAE de Jacarezinho), Inês Roseli (APAE de Francisco Beltrão),
17 Atáise Maronese (NUCRESS – Ponta Grossa), Luciana Silvestre (Escritório Regional – SEDS –
18 Ponta Grossa), Márcia M. Cordeiro – CRESS), Edite Rocha (Secretaria de Agricultura –
19 CEASA), Leandro Meller (SEDS). Tendo em vista a ausência de quórum qualificado, a
20 Presidência informou que uma 2º convocação seria levada a efeito dentro de 30 minutos.
21 Vencido o prazo estipulado, às 9:00 horas a **Presidente Inês Roseli** solicitou que os
22 Conselheiros formalizassem a sua presença através de uma auto – apresentação. **Conselheiros**
23 : - Marli Mussulini (SETS), Luciana Silvestre (Escritório Regional da SEDS), Inês Roseli (APAE
24 de Francisco Beltrão de Pato Branco), Edite Rocha (CEASA), Plínio Madureira (APAE de
25 Jacarezinho), Lindalane (COHAPAR), Dulce Darolt (SEJU), Leandro Meller (SEDS), Mara
26 Ferreira (SEDS), Gladys Tortatoo (SEDS), Márcia (CRESS), Artur Andrade (NASA de Foz do
27 Iguaçu), Adriana C. De Lima (CRESS de União da Vitória), Atáise Maronese (NUCRESS de
28 Ponta Grossa), Gisele (CRESS), Marcela Evangelista (SEDS), Fernanda B. Gonçalves
29 (Procuradoria Geral do Estado), Daiana Sprada (Ação Social do Paraná – ASP), Sandra Regina
30 Costa (SETI), Coordenadora Tatiana (SEDS), totalizando **19 Conselheiros**. Formalizando o
31 início da última Assembleia Ordinária do ano de 2013, a **Presidente Inês Roseli** a todos
32 saudou, lembrando que nessa luta em benefício da Política de Assistência Social, é fundamental
33 não ser somente bem sucedido, mas também através do trabalho procurar ser bom e usar de
34 honestidade. Nessa linha de pensamento, desejou que o dia de atividades ora iniciado, fosse
35 pleno de importantes realizações e conhecimento, a **Presidente Inês Roseli** ainda mencionou
36 as tão merecidas férias que todos usufruirão após o final desse ano laborioso. Na sequência,
37 passou a palavra para o Vice-Presidente, **Conselheiro Leandro Nunes Meller / da SEDS**), o
38 qual também deu as boas vindas a todos os presentes, participantes dessa derradeira
39 Assembleia de 2013. Palavras tem vida : - podem construir, registrar, eternizar e bendizer.
40 Segundo ele, a **Presidente Roseli** é quem sempre traz ao Conselho as coisas do coração,
41 palavras que emocionam e levam à reflexão. Já que se trata de um até breve, o **Conselheiro**
42 **Leandro** mencionou ter trazido um trecho contido no livro. **“O Pequeno Príncipe”**, na
43 verdade um compêndio de equilíbrio que visualiza o grande sonho de todos – **a paz mundial!**
44 Discorrendo sobre um trecho compartilhou alguns pensamentos até finalizar com a citação :-
45 **cativar significa criar laços** - “és responsável por aquilo que cativas e pelos amigos que

46 conquistas"! O **Vice - Presidente Leandro Meller** traçou um retrato das inúmeras
47 conquistas que o Conselho Estadual vivenciou no ano de 2013, objetivando promover
48 transformações sociais, buscando garantir direitos e oportunidades para todos. Avançou-se
49 com o repasse de recursos para os Municípios, a expansão de CRAS de CREAS e Centros da
50 Juventude, regulamentou-se os Benefícios Eventuais, assegurou-se e foram vivenciadas 399
51 Conferências Municipais, 23 eventos Regionais, culminando com a realização da X Conferência
52 Estadual, evidenciada como um encontro considerado de amplo sucesso. Constatou-se assim,
53 que houve uma participação efetiva da Assistência Social na caminhada não só dos
54 Conselheiros, mas também dos cidadãos paranaenses. Cada um já cativou o outro, a Política já
55 cativou a todos e o CEAS/PR, indubitavelmente, deixará a sua grandiosa marca de um sério
56 labor realizado no ano de 2013. Lembrando sempre que os usuários necessitam de muita
57 dedicação, agradeceu e parabenizou a todos pelos esforços dispendidos e comprovado
58 comprometimento. Retornando, a **Conselheira Presidente Inês Roseli** garantiu que Leandro
59 Meller havia resumido tudo: através das suas expressivas palavras pois para se ter olhos
60 bonitos é necessário olhar para ver o que as pessoas tem! Para se ter uma bonita estrutura, é
61 preciso não andar sozinho! E assim independentemente das diferenças que todos possuem, os
62 avanços foram pródigos e evidentes. Os Conselheiros que labutam no interior do Estado, são
63 testemunhas do sentimento significativo daqueles que, de uma forma ou de outra, são
64 beneficiados. Isso é não andar sozinho, é ter bons olhos e boas palavras! De maneira
65 oportuna, o **Conselheiro Plínio Madureira (APAE de Jacarezinho)** colocou : - **"SE os teus**
66 **olhos forem luz, todo o teu corpo será luz"**! Esta é uma conquista deste Conselho e tanto a
67 Presidente como o Vice, fiéis orientadores desse grupo, são na verdade o reflexo dessa luz! Os
68 componentes desse Colegiado estão imbuídos não só do aspecto técnico, mas também do
69 humano, não estando diferenciados desse foco. Replicar, pois em todos os lugares!
70 Parabenizando todo o grupo de Conselheiros, garantiu que sentem-se muito acolhidos e
71 inteiramente cativados! **Apreciação da pauta.** Ouviu-se do **Vice - Presidente Leandro**
72 **Meller** a solicitação de inclusão de dois processos, chegados posteriormente ao fechamento
73 dos trabalhos. Estão eles sob os números 11.966.666-0 (Lar Dom Bosco – recursos destinados a
74 uma comunidade Terapêutica) e nº 12.200.158-0 – (recursos destinados a entidade do
75 Município de Peabirú que atua com pessoas idosas). Os Conselheiros foram alertados da
76 ausência de reunião no mês de janeiro, com recesso dos trabalhos e férias. Na realidade, os
77 processos não podem esperar; propôs assim a Constituição de uma Comissão reduzida, que
78 terá como incumbência em janeiro proceder a análise desses outros documentos, e o
79 encaminhamento de uma Resolução "ad referendum", submetendo-a para aprovação do
80 Conselho no mês de fevereiro de 2014. Na sequência, a **Conselheira Gladys (SEDS)** referiu-
81 se à sua solicitação de inclusão na pauta : 1) reajuste do piso básico fixo 2) incentivo à
82 convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, assunto esse já
83 deliberado pelo CEDCA/PR. * **Inclusão da Coordenadora Tatiana (SEDS)** (Panorama do
84 Censo 2012). ***Inclusão da Conselheira Mara C. Ferreira** (Construção de CREAS – 2014).
85 ***Registrada a chegada do Conselheiro Vanderlei Augusto da Silva** – (Pastoral da Criança
86 de Cascavel) ***Aprovada a pauta com as inclusões solicitadas.** * Apreciação da Ata
87 referente à Assembleia de novembro/2013 – APROVADA. * Informes da Secretaria Executiva –

88 Helena Navarro Gimenez – Ofício da Apae de Irati solicitando reforma da quadra esportiva da
89 APAE; Ofício nº005/2013 do CMAS de Francisco Beltrão encaminha resposta ao ofício
90 142/2013/CEAS; ofício nº88/2013 do CMAS de Pato Branco encaminha resposta ao ofício
91 58/2013 CEAS/PR; ofício nº236/2013 do CMAS de Curitiba desejam exemplares do livro sobre
92 convivência e fortalecimento de vínculos para capacitação no município de Curitiba; a
93 Associação das Damas de Caridade de Arapongas encaminha projeto e relatório de atividades
94 para apreciação do CEAS/PR; Ofício nº20/2013 da SESA encaminha convite para a primeira
95 reunião intersetorial para discussão da criação do Núcleo Estadual Intersetorial de prevenção
96 às violências; Ofício nº723/2013 da UEL encaminha resposta do Ofício nº192/2013/CEAS; no
97 dia 26/11 a conselheira Elenice Malzoni justificou ausência na reunião do CEAS por estar
98 usufruindo de suas férias nessas datas; no dia 29/11 a conselheira Carolina justificou ausência
99 na reunião por motivos de saúde; no dia 04/12 a conselheira Evandra da SEPL justificou
100 ausência na reunião do CEAS, pois estará envolvida nos trabalhos da coordenação de
101 monitoramento e avaliação da Secretaria; a conselheira Fernanda da PGE justificou ausência
102 na reunião das Comissões por conta de exames médicos já agendados anteriormente; a
103 conselheira Lindamir da Cohapar justificou ausência no período da tarde da reunião plenária
104 por conta de uma consulta médica; no dia 05/10 a conselheira Delvana encaminhou justificativa
105 de ausência da reunião do CEAS, tendo em vista a sua participação no VIII Encontro dos
106 Coordenadores Estaduais do Programa Bolsa Família na Educação Após a leitura dos informes,
107 a **Secretária Executiva Helena** solicitou um espaço para efetuar um comunicado,
108 especialmente dirigido aos Conselheiros da Sociedade Civil. Segundo ela, a Secretaria
109 Executiva está impedida de se responsabilizar por qualquer tipo de depósito, referente a
110 recursos contidos no cartão corporativo dos Conselhos. Trata-se de uma operação estritamente
111 pessoal, que deverá ficar a cargo de cada um. Alertou também aqueles que se farão presentes à
112 Conferência Nacional em Brasília, pois o prazo para o encaminhamento dos comprovantes e
113 prestação de contas dessa viagem estará encerrado em **20 de dezembro**. Essa notícia gerou
114 alguns comentários entre os Conselheiros, que estarão retornando do evento justamente nessa
115 data. Foram assim orientados para encaminhar os comprovantes por **sedex**, na primeira hora
116 útil após esse retorno ou transferência bancária. Continuando, **Helena Navarro Gimenez**
117 também informou que a Secretaria Executiva encontra-se também proibida de efetuar qualquer
118 tipo de reserva em hotéis, para hospedagem de Conselheiros residentes fora da Capital.
119 Clareou dizendo que dessa forma estará sendo evitada qualquer tipo de caracterização ou
120 preferência por determinados hotéis. Foi sugerido pela **Presidente Roseli** que os Conselheiros
121 poderão firmar um acordo com a Gerência do Hotel, deixando o calendário das reuniões já
122 estipulado para 2014. Caso o Conselheiro não possa vir, ele mesmo procederá o cancelamento
123 da reserva. Houve um hiato e o **Conselheiro Plínio** aproveitou para pontuar que, tanto ele
124 como a **Conselheira Luciana**, representam o CEAS/PR no Conselho Estadual dos Direitos da
125 criança e do Adolescente – **CEDCA/PR**. Nessa tentativa de interação, ambos perceberam que
126 ainda existe um descompasso em algumas conversações. Mesmo assim, ocorreram importantes
127 avanços. A sugestão da Presidência foi que se mantenha sempre uma inclusão permanente na
128 pauta, para que os assuntos trazidos do outro Colegiado sejam melhor compreendidos pelos
129 Conselheiros do CEAS. Seguindo, pediu a palavra a **Conselheira Lindalane (do COHAPAR)**,

130 informando que estará impedida de comparecer aos trabalhos no período da tarde, porém
131 desejou deixar registrado que poderá compor a Comissão que deverá atuar na análise dos
132 processos, no mês de janeiro. * **Relato das Comissões. * Comissão de acompanhamento**
133 **aos CMAS - Helena Navarro Gimenez, 1) Planilha Censo Conselho 2012:** Maria Sirlei,
134 técnica da CGS/SEDS, informou que as Informações do Censo Conselho 2012 foram
135 compiladas, mas que não foram transformadas em gráficos para facilitar a visualização e
136 interpretação dos dados. Ela ainda orientou que analisará de forma comparativa as
137 informações do Censo do ano de 2011 e do ano de 2012. Leandro Meller, Assessoria Técnica da
138 SEDS, participou da Comissão e alertou para urgência do CEAS em averiguar as principais
139 dificuldades de funcionamento dos Conselhos Municipais, visando propiciar capacitações e
140 orientações focadas nas principais dúvidas e dificuldades dos conselheiros municipais. **Parecer**
141 **da Comissão:** O Censo Conselho será trabalhado como instrumento de Plano de Ação da
142 Comissão de Acompanhamento aos CMAS. A partir da análise desse Instrumento, o CEAS
143 poderá elaborar questionários aos CMAS para que esses relatem as principais dificuldades
144 vivenciadas por essas Instâncias Municipais; com base nessas respostas, o CEAS elaborará as
145 estratégias de ações junto aos municípios. Tal demanda, será trabalhada pelo Conselho a partir
146 de fevereiro, considerando o encerramento das atividades dos Conselhos Municipais no mês de
147 dezembro. **Parecer do CEAS:Aprovado.** Na sequência, a Coordenadora **Tatiana (Gestão do**
148 **SUAS)** fez algumas complementações acerca do CENSO e a **Secretária Helena** sugeriu
149 encaminhar as demais informações por e-mail, colocando o assunto em pauta para a
150 Assembleia de fevereiro/2014. (dados oficiais para incluir no Pacto Estadual) * **Relato final da**
151 **Xª Conferência Estadual de Assistência Social (Comissão Temporária) - Helena N.**
152 **Gimenez, 1) Análise das Justificativas de ausência dos delegados que não**
153 **compareceram na X Conferência Estadual:** A Comissão analisou as 19 justificativas de
154 ausência encaminhadas pelos delegados da X Conferência Estadual de Assistência Social.
155 **Parecer da Comissão:** Das 19 justificativas enviadas, 12 foram acatadas, serão solicitadas
156 informações complementares à 4 delegados (Bianca Fortunato, Enaus Barbosa, Luiz Fernando,
157 Célia Ferreira Lopes), e 3 justificativas não foram acatadas (Luciana de Paiva, Regina Borge e
158 Zelinda Teixeira). As que não foram acatadas, serão encaminhadas para análise do Grupo
159 Financeiro Setorial e Núcleo Jurídico da Administração da SEDS - NJA/SEDS para
160 posicionamento em relação ao ressarcimento da despesa. A Secretaria Executiva irá reiterar a
161 solicitação do encaminhamento da justificativa aos delegados ausentes que não enviaram esse
162 documento. **Parecer do CEAS: Aprovado, estabelecendo como prazo para resposta o dia**
163 **05/02/2014 devendo constar no ofício de encaminhamento que a ausência de**
164 **manifestação ocasionará a abertura imediata de processo de ressarcimento.**
165 **2)Material de apoio aos conselheiros da sociedade civil que participarão da IX**
166 **Conferência Nacional de Assistência Social:** A Secretaria Executiva entregou aos
167 representantes do CEAS da sociedade civil que participarão da IX Conferência Nacional de
168 Assistência Social, material de apoio referente à delegação do Estado do Paraná (Informes e
169 Orientações do CEAS e CNAS, cópia das passagens aéreas, relação de inscritos na IX
170 Conferência Nacional, etc). **Parecer do CEAS: Ciente.** Dirigindo-se ao plenário, a **Presidente**
171 **Roseli Tonello** garantiu que das cinco Conferências das quais participou, esta é a primeira vez

172 que a delegação paranaense levou consigo um material tão completo, com condições plenas de
173 dirimir quaisquer dúvidas sobre o desenrolar do evento. Dessa forma, parabenizou a Secretaria
174 Executiva pelo excelente trabalho realizado. * **Comissão de revisão do Regimento Interno**
175 **do CEAS/PR.** Nesse momento, o **Conselheiro Vice – Presidente Leandro Meller (SEDS)**
176 participou ao plenário que a comissão esteve trabalhando com a proposta da regulamentação
177 da eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil, para o Biênio 2014/ CEAS/PR, a **Conselheira**
178 **Inês Roseli** pontuou que no dia anterior, os representantes da Sociedade Civil estiveram
179 reunidos, na companhia dos Procuradores do Estado Dr .Moisés Saura e Dra. Fernanda,
180 objetivando o estudo dessa revisão e os seus respectivos artigos. Sabe-se que é de máxima
181 urgência o encaminhamento desse documento, já na presente Assembleia. Dada a extensão
182 desse conteúdo (mais de 15 páginas) e o primor da discussão que ocorreu, a Presidente
183 entendeu que estaria antecipando o seu voto de confiança à exposição que o **Vice – Presidente**
184 **Leandro Meller** faria em seguida. No seu papel, o Conselheiro realçou que essa Deliberação
185 irá traduzir em texto os procedimentos que o Conselho iria acatar e consultou o plenário se
186 haveria necessidade de se fazer a leitura integral desse documento ou se bastaria efetuar
187 apenas o resumo desse conteúdo, uma vez que a citada discussão teve total amparo jurídico
188 dos Procuradores. Ouviu-se da **Conselheira Presidente Roseli Tonello** a afirmação de que
189 também fez parte dessa discussão da Comissão, podendo constatar que o documento encontra-
190 se o mais completo e adequado possível. Mais uma vez enfatizou ser necessário dispensar uma
191 atenção especial do assunto, providenciando o seu encaminhamento ainda nessa plenária.
192 Colocando a questão em apreciação, foi voto da maioria dos Conselheiros que o Vice –
193 Presidente apenas contextualizasse o passo a passo definido pela Comissão, que procedeu o
194 estudo das alterações necessárias para o processo eleitoral. Falando com exclusividade, o
195 Assessor Técnico da SEDS, **Leandro Meller** assegurou que essa Comissão vem atuando já há
196 longo tempo, objetivando que esse processo fosse o mais adequado e absolutamente
197 democrático, com a participação de todas as Regionais do Estado, garantindo 15 vagas para
198 Titulares e também 15 vagas para Suplente, contando com 23 Escritórios. Assim, os sete
199 maiores Escritórios em numero de Municípios (22 ou mais) indicariam representantes Titulares
200 e Suplentes, os demais 16 Escritórios (21 Municípios ou menos), Titulares e Suplentes, os
201 demais 16 Escritórios apontariam representantes Titulares ou Suplentes, já que será
202 necessário efetuar um trabalho em outros Municípios. Dessa forma, todas as regiões estariam
203 indicando Conselheiros. O segundo item discutido foi referente à divisão de vagas por
204 Escritório Regional que deverá ser levada a efeito, respeitando a paridade entre os segmentos (
205 5 Titulares e 5 Suplentes para entidades), (5 Titulares e 5 Suplentes para usuários), (5
206 Titulares e 5 Suplentes para os representantes do setor). O CEAS/PR apresentou uma sugestão
207 para que houvesse uma adequação, no sentido de se trabalhar com **5 Macros** compostos por :
208 1º) **Maringá, Paranavai, Umuarama e Cianorte.** - 2º) **Jacarezinho, Cornélio Procópio,**
209 **Londrina e Apucarana – 3º) Campo Mourão, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Foz do**
210 **Iguaçu e Toledo. 4º) Francisco Beltrão, Pato Branco, União da Vitória, Guarapuava e**
211 **Pitanga. 5º) – Curitiba, Ponta Grossa, Ivaiporã, Irati e Paranaguá.** Dessa forma baseados
212 nessa formatação apresentaria Maringá indicando Titulares e Suplentes, Paranavai Titulares e
213 Suplentes, Umuarama e Cianorte cada um deles indicando Titular **ou** Suplente. O Conselho não

214 irá definir no seu Regulamento, qual Regional indicará **o que**, pois esse critério será abordado
215 na sequência. Continuando, Jacarezinho indicará Titular e Suplente, Cornélio Procópio
216 apontando Titular e Suplente, Londrina e Apucarana compartilhando a Titularidade e a
217 Suplência. Campo Mourão indicará Titular e Suplente, Cascavel e Laranjeiras do Sul
218 compartilham a vaga de Titular e Suplente, Foz do Iguaçu e Toledo também compartilhando a
219 vaga de Titular e Suplente. Já Francisco Beltrão indicará Titular e Suplente, Pato Branco e
220 União da Vitória irão também compartilhar a vaga de Titular e Suplente, Guarapuava e Pitanga
221 compartilham a vaga de Titular e Suplente. Finalizando, Curitiba indica Titular e Suplente,
222 Ponta Grossa e Ivaiporã compartilham Titular e Suplente, e Irati com Paranaguá
223 compartilharão a Titularidade e a Suplência. Vale dizer que com a observância desses
224 procedimentos, será possível realizar a divisão de vagas por macrorregional garantindo a
225 perfeita organização, a participação de todos os Escritórios, a paridade entre os segmentos e
226 o êxito do processo eleitoral, planeja-se realizar a eleição do CEAS em duas Assembleias, em
227 dois momentos: - o primeiro deles refere-se às Assembleias Regionais quando os 23 escritórios
228 irão chamar para o processo eleitoral, elegendo no seu território de abrangência quais serão
229 os interessados às vagas de Conselheiro, isso entre os usuários, entre entidades e
230 trabalhadores. É básico que, quem quiser votar e ser votado deverá fazer a manifestação de
231 seu interesse no prazo adequado, ou seja com inscrição prévia. Vale também dizer que os
232 candidatos serão elencados em ordem decrescente, fechando-se assim uma relação dos
233 candidatos que estarão habilitados a pleitear uma vaga no Conselho; Prosseguindo, o Vice-
234 Presidente Leandro Nunes Meller veio esclarecer os tópicos da 2ª etapa ou seja a da
235 macrorregional, cuja competência será definir qual Regional ficará com a vaga de Titular e
236 qual ficará com a de Suplente e definir o segmento por cada região. Essa importante definição
237 será efetuada por cada Colégio Eleitoral da Macrorregional, num processo cristalino e
238 essencialmente democrático. Foi lembrado que não se descarta um possível empate, que
239 deverá ser solucionado através de um sorteio, se necessário. No sentido de esclarecer,
240 informou-se que o Colégio Eleitoral será composto pelo mais votado de cada uma dos
241 segmentos dessas macros, e assim essas 12 ou 15 pessoas constituirão um grupo especial
242 dessa etapa, definindo pois as representações de Titular e Suplente. Por outro lado, foi
243 esclarecido que na Lei do CEAS existe a garantia do Conselheiro poder concorrer à reeleição,
244 dependendo da articulação dos interessados nesse processo democrático. Numa rápida análise,
245 a Conselheira Gladys (SEDS) deixou claro sentir-se preocupada com a Macro de Curitiba, dada
246 a grande quantidade de entidades sociais. Desde logo pontuou o Vice Presidente Leandro
247 Nunes Meller, que qualquer mudança impetrada, irá ferir na representatividade dentro dos
248 segmentos. Vagas matemáticas foram tentadas e a região de Curitiba far-se-á representar por
249 dois Conselheiros. Tentando elucidar todas as dúvidas, o Vice Presidente Leandro realçou que
250 a Comissão Eleitoral será composta paritariamente por 4 membros entre representantes dos
251 Escritórios Regionais e da Sociedade Civil da região, do respectivo FOREAS, com o devido
252 acompanhamento do Ministério Público e do Conselheiro da região (que não for disputar a
253 eleição). Foi dada uma atenção especial ao calendário de datas que resumiam todo o
254 andamento do processo:- mês de fevereiro de 2014 - ampla divulgação do regulamento e
255 capacitação dos Escritórios Regionais - Mês de março: - inscrições dos interessados em

256 concorrer – Mês de abril :- eleições regionais -Mês de maio :- eleições macrorregionais – final
257 de maio e junho :- resultado oficial das eleições, homologação dos eleitos e elaboração do
258 decreto governamental que formalizará os Conselheiros para atuarem no Biênio 2014/2016 –
259 03/07/2014 :- Posse dos novos Conselheiros. Na sequência abriu-se a palavra com a finalidade
260 de esclarecer possíveis dúvidas. Foi a vez da Presidente Roseli Tonello afirmar que o modelo
261 apresentado para a realização do processo eleitoral foi o mais democrático, com ampla
262 contemplação dos segmentos, fortalecendo sobremaneira os Fóruns bem como a socialização
263 das deliberações, que são expressas. Sugeriu a conselheira Sandra (SETI), que anunciada
264 capacitação dos Escritórios Regionais fosse levada a efeito em 1º plano, para que estivessem
265 bem apropriados dos passos, para posterior socialização. Segundo o Vice Presidente Leandro,
266 após o retorno das férias das equipes técnicas, será possível planejar uma Web Conferência
267 para essa abordagem com os Escritórios. A Conselheira e Procuradora do Estado, Dra
268 Fernanda sugeriu que, em caso de aprovação desse documento, constasse no texto que deverá
269 ser apreciado pelo Núcleo Jurídico. Em apreciação – Aprovada a proposta referente ao
270 processo eleitoral da Sociedade Civil, com o devido encaminhamento ao Núcleo Jurídico da
271 Administração. **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo, 1.1 – Relato da**
272 **Comissão de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional:** A técnica da
273 Coordenadora de Proteção Social Especial Mara, informa que a pauta foi retirada porque os
274 trabalhos da Comissão foram encerrados. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE, PARECER**
275 **CEAS: Ciente. 1.2 – Ofício nº 152/2013 da Associação das Damas De Caridade de**
276 **Arapongas.** - Encaminha ofício solicitando apoio financeiro para execução de projeto. Os
277 documentos serão encaminhados para Coordenação de Proteção Social Básica para análise e
278 orientações. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado. 1.3 –**
279 **Balancete Novembro/2013.** A técnica Marcela Evangelista apresentou o Balancete de
280 Novembro/2013. Foi dada uma importância destacada à apresentação do Balancete referente
281 ao mês de novembro de 2013, operação essa realizada pela Conselheira Marcela Evangelista
282 (Coordenadora do Grupo Financeiro da SEDS). Foi esclarecido por ela que as vezes algumas
283 ações não são levadas a efeito porque não se dispõe de recursos extras para complementá-las.
284 Um estudo realizado pelo CEDCA concluiu que uma deliberação leva, pelo menos, dois anos
285 para ser colocada em prática – é uma questão de gestão pública. Clarificou ainda que esses
286 dois anos não se referem a uma burocracia do próprio governo – estendem-se os problemas aos
287 municípios com situações referentes a documentos errados, termos de aceite preenchidos com
288 falhas, correções de instrumentos e visível demora na execução. **PARECER DA COMISSÃO:**
289 **CIENTE. PARECER CEAS: Ciente. 1.4 – Protocolo nº 12.168.446-2: Retorno do**
290 **parecer da CPSE sobre a solicitação de recursos do Centro de Reintegração e**
291 **Valorização da Vida – CRVV.** A Proteção Social Especial retornou o processo informando
292 que a entidade não enviou um projeto técnico e metodológico do atendimento a adolescentes e
293 jovens que pretendem iniciar, não estando claros alguns aspectos da proposta. A Coordenação
294 sugere que a entidade detalhe o projeto técnico e encaminhe ao Conselho Estadual dos Direitos
295 da Criança e do Adolescente – CEDCA para solicitação de recursos em linha específica ou
296 inclusão no Banco de Projetos, ou para o Conselho Anti Drogas. **PARECER DA COMISSÃO:**
297 **APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado. 1.5 – Aditivo ao convênio do Pequeno**

298 **Cotolengo.** A Coordenação da Proteção Social Especial , apresenta proposta de aditivo ao
299 convênio do Pequeno Cotolengo com acréscimo de 03 metas, procedentes do contrato com a
300 Associação Pe. João Ceconello, no valor total de R\$ 29.047,80 para 10 meses, com recursos da
301 Fonte 257 – Detran e do Tesouro do Estado. A deliberação será encaminhado para o NJA para
302 análise. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado. 1.6 –**
303 **Prorrogação de prazo para execução de recursos para emergência e socorro.** A técnica
304 Marcela Evangelista informou sobre os municípios que estão solicitando prorrogação de prazo
305 para execução dos recursos de emergência e socorro repassados em Agosto e Setembro. A
306 representante do Núcleo Jurídico da administração Dra Danielle Vieira, sugeriu que o conselho
307 delibere e encaminhe para este setor, pois documentos precisam ser analisados caso a caso.
308 Segundo a Conselheira Marcela, cerca de seis municípios ainda não iniciaram essa execução.
309 No entendimento da Procuradora e Conselheira Dra Fernanda, para essas situações os
310 recursos deverão ser devolvidos. Num aparte a Conselheira Sandra colocou que, a partir dessa
311 vivência, o Conselho deverá normatizar como se dará o repasse de recursos para situações
312 emergenciais ou de calamidades, criando-se um protocolo. Dando plena atenção às colocações
313 surgidas, o Vice Presidente Leandro chamou a atenção para o fato de situações urgentes
314 deixarem de ser resolvidas, pelo fato de não existir uma deliberação específica, nesse espaço
315 de tempo que abrangerá o intervalo das assembleias. Segundo a Dra. Danielle Vieira, é
316 relevante pontuar que todas as minutas apresentadas deverão ser analisadas pelo Núcleo
317 Jurídico. Consciente da sua responsabilidade, o Conselheiro Leandro demonstrou não desejar
318 se responsabilizar pela não transferência de pessoas(reordenamento institucional – João
319 Ceconello) nem cometer possíveis ilegalidades. Foi a vez da Conselheira Presidente Roseli
320 complementar, lembrando que para se efetivar a transferência dessa clientela, existem
321 questões sérias que precisam ser revistas. Diante dos sete óbitos ocorridos, o Ministério
322 Público colocou prazo. Não se pode correr novos riscos e o Conselho ser responsabilizado.
323 Sugeriu que o plenário aguarde o relato da técnica Mara, para logo após viabilizar uma
324 solução. Essa medida deverá ser tomada numa parceria entre SEDS e o CEAS. **PARECER DA**
325 **COMISSÃO: CIENTE, segue para aprovação da plenária. PARECER CEAS:**
326 **Considerando o questionamento apresentado pela SEDS ao Conselho sobre o prazo de**
327 **execução dos recursos para o serviço de calamidade o Conselho entende que, a**
328 **execução deveria acontecer no prazo já estabelecido que consta na Nota Técnica da**
329 **SEDS. A prestação de contas deverá ser encaminhada até 30/12/2013. 1.7 –**
330 **Transferência dos acolhidos na Associação Pe. João Ceconello.** A técnica da Coordenação
331 de Proteção Social Especial Mara, informou sobre a transferência dos acolhidos da Associação
332 Pe. João Ceconello, nas modalidades descritas, para aprovação: Credenciamento; Acolhimento
333 no espaço do Adauto Botelho; Contrato Emergencial. A técnica informou ainda sobre o retorno
334 familiar de 05 acolhidos, 02 já concluídos, 03 em fase de conclusão. A deliberação será
335 encaminhado para o NJA para análise e se houver necessidade retornará na reunião de
336 Fevereiro/14. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Este conselho**
337 **autoriza a SEDS a tomar todas as providencias necessárias para a efetiva**
338 **transferência dos acolhidos na Pe. João Ceconello, desde que observado o estrito**
339 **cumprimento da Lei e a utilização dos recursos das Fontes do Tesouro e da Fonte 257.**

340 **1.8 - Protocolo nº 13.008.687-0 - Retorno da solicitação de recursos para Construção**
341 **de 01 CRAS.** A SMAS de Itambaracá, encaminha ofício solicitando recursos financeiros para
342 construção de CRAS no município, tendo em vista que atualmente, o mesmo conta com uma
343 Unidade alugada, cujo espaço é precário e não garante a privacidade no atendimento ao
344 usuário e na execução dos serviços, retorna da CPSB com a informação do ER de Cornélio
345 Procópio de que o município participará do Edital nº 15/2013 – SEDS – Expansão CRAS 2014.
346 **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE PARECER CEAS: Ciente. Intervalo para o almoço.**
347 **Comissão Especial de Reordenamento Institucional.** Nesse momento foi apresentado pela
348 técnica Mara ao plenário um panorama atual sobre essa importante questão. Em reunião
349 realizada entre o Ministério Público e a SEDS, estipulou-se que o prazo determinado para a
350 transferência dos internos da instituição Associação Padre João Ceconello seria dezembro de
351 2013. Caracterizada como uma ação emergencial, trabalha-se em quatro frentes diferentes,
352 com dois Conselheiros do CEAS integrando a Comissão. Comentou-se que diversas entidades
353 estão com problema de alvará do Corpo de Bombeiros. Já a segunda estratégia refere-se aos
354 atuais convênios:- Pequeno Cotelengo de um total de 77. Por outro lado, existe um espaço que
355 está sendo negociado com a SESA, trata-se do antigo hospital Aduato Botelho que encontra-se
356 desativado, a última perspectiva refere-se novamente aos contratos emergenciais. A técnica
357 Mara Ferreira disse concordar com a questão da legalidade, porém lembrou que não irão
358 ocorrer outras reuniões para ampliar essa discussão. A responsabilidade é de todos sendo pois
359 necessários elaborar uma deliberação visando efetivar essa importante questão. Esse
360 documento foi colocado em tela, para a devida apreciação do plenário. Na sequência, houve a
361 intervenção da representante no Núcleo Jurídico/SEDS, Dra Danielle Vieira que alertou os
362 Conselheiros:- não se pode utilizar duas deliberações – ou trata-se de convênio ou de contrato.
363 O tribunal de Contas é rigoroso no seu papel e certamente não aceitará, já que é ilegal deliberar
364 2 vezes pelo mesmo objeto. Diversas colocações foram apresentadas pelos Conselheiros, até
365 que da parte da parte da Procuradora do Estado, Dra Fernanda B. Gonçalves surgiu uma
366 proposta de deliberação por ela lida, dentro dos parâmetros da legalidade. Convictos, os
367 Conselheiros apreciaram o conteúdo desse documento que foi aprovado pela grande maioria. -
368 autorizando a SEDS a efetuar o processo de transferência dos 77 acolhidos com deficiência e
369 transtorno mental – Associação Padre João Ceconello, considerando os recursos já deliberados
370 (Fonte 257) e mediante todos os requisitos legais. Foi esclarecido pela Presidente Roseli, que a
371 iminência da chegada do recesso determinou que fossem tomadas medidas imediatas sobre
372 essa questão, porém não impedirá que o assunto retorne à pauta. Apreciação da inclusão na
373 pauta, referente a dois processos – Comunidade Terapêutica (financiamento) e solicitação de
374 recursos procedentes da Associação de Idosos de Peabirú (materiais e equipamentos para
375 funcionamento da organização). Segundo foi dito, dada a existência de uma Nota Técnica
376 orientando que as Comunidades Terapêuticas não recebem recursos originados da Assistência
377 Social, o devido encaminhamento será reforçado, e quanto ao 2º processo, a Associação do
378 Idosos de Peabirú será informada que deverá buscar recursos no âmbito municipal (CMAS). No
379 andamento dos trabalhos, o Vice Presidente Leandro Meller registrou o seu próprio
380 agradecimento, bem como de todos os conselheiros, dirigindo ao Núcleo Jurídico da
381 administração/SEDS e Procuradoria do Estado, ambos representados no CEAS. Reconheceu a

382 preocupação desse dois segmentos em todos os encaminhamentos desse colegiado, visando
383 sempre respaldar a atuação do CEAS/PR. Comissão de Comunicação , Articulação e
384 Mobilização – Relatora – Conselheira Luciana , **Plano Estadual de Capacitação e Educação**
385 **Permanente:** Referente ao Capacita SUAS 2012, informa-se que foi assinado termo de
386 cooperação técnico financeira 18/2013 que tem como objeto a execução de 02 cursos, sendo 1.
387 “Introdução ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais do SUAS e à
388 implementação de Ações do Plano Brasil sem Miséria”, e II curso “Atualização em gestão
389 financeira e orçamentária do SUAS”, o prazo para assinatura era 20 de novembro para que o
390 Estado pudesse acessar os recursos de 2013, data em que o termo foi assinado. Foi realizada
391 uma reunião com as 5 Universidades Estaduais (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Centro-
392 Oeste e Oeste do Paraná) que participarão do processo. Referente ao Capacita SUAS 2013, a
393 SEDS recebeu em 04/12/2013 a proposta para adesão dos recursos referentes ao período 2013,
394 com prazo final para adesão em 13/12/2013, para o que será necessário apresentar a previsão
395 de vagas, termo de aceite formal e resolução do CEAS aprovando a adesão. Ressalta-se que
396 uma das exigências para participação nos cursos será o cadastramento dos profissionais no
397 CAD SUAS, e somente poderão executar os cursos, as Universidades já habilitadas pelo MDS,
398 acrescentando-se que os professores que realizarão a capacitação passarão por oficina de
399 alinhamento junto ao MDS. Os cursos do Capacita SUAS 2013 são: “Curso de Introdução ao
400 provimento dos Serviços e Benefícios socioassistenciais”; “Curso de Introdução ao exercício do
401 Controle Social” e “Curso de atualização para profissionais de nível superior”, com conteúdo a
402 ser definido de acordo com a realidade do Estado. Com relação ao Plano Estadual de
403 Capacitação, informa-se que o plano passou por todas as coordenações da SEDS, solicitando
404 que no início de 2014 seja priorizado o início da execução do processo com os profissionais da
405 SEDS considerando que as Universidades não apresentaram interesse em executar os cursos.
406 **Parecer da comissão:** Aprovação do aceite com o número máximo de vagas, com um total de
407 2.250 vagas. **Parecer do CEAS: O CEAS concorda com o parecer da comissão ampliando**
408 **o número de vagas e deliberando pelo termo de aceite do CAPACITASUAS 2013.**
409 **Sugestões para o site do CEAS:** A comissão de articulação e mobilização demandou a
410 comunicação da SEDS uma revisão das notícias colocadas no site do CEAS, manifestando o
411 interesse de que sejam colocadas outras notícias referente as ações específicas do conselho e
412 que não sejam repetidas as informações já constantes no site da SEDS, ressaltando-se inclusive
413 a necessidade de deixar claro as deliberações do CEAS e o repasse dos recursos do FEAS para
414 o financiamento e efetivação da Política de Assistência Social junto aos municípios e entidades
415 socioassistencias. Silvia da comunicação, informou que os profissionais estão a disposição do
416 CEAS para contribuir no que for necessário, procurando responder as demandas postas da
417 melhor forma possível, no entanto, a equipe é reduzida e responde a muitas demandas da
418 SEDS, informou que vem sendo discutida a possibilidade de contratação de uma jornalista
419 específica para os Conselhos Estaduais, o que foi sinalizado de forma positiva por parte da
420 Secretária, no entanto, até o momento não foi possível realizar a contratação de mais um
421 profissional que pudesse atender a estas demandas de forma prioritária. Sugeriu-se que ao
422 apresentar notícias que se referem ao CEAS, pudesse ser colocado a fala da presidente do
423 CEAS, no entanto, entende-se as dificuldades para que isso ocorra, considerando-se que as

424 notícias precisam ser atualizadas e colocadas quase que imediatamente no site. Sugeriu-se
425 ainda que seja ressaltado junto as coordenações da SEDS a importância de que ao encaminhar
426 as notícias, seja informado os objetivos e deliberações do CEAS para efetivação da Política
427 Pública de Assistência Social dentro de cada ação ocorrida. Por fim, solicita-se que os
428 conselheiros encaminhem notícias referentes a ações regionalizadas realizadas pelo CEAS,
429 estas notícias devem ser enviadas para a Secretaria Executiva do conselho para que possa ser
430 encaminhada a comunicação. Fazendo um parêntese, ouviu-se da Presidente Roseli a conclusão
431 de que é necessário dar uma maior clareza as notícias provenientes do Conselho, separando
432 daquelas que advém da própria Secretaria. Esse mesmo assunto já foi debatido pelo CEDCA,
433 onde as deliberações que envolvem recursos do FIA devem ser divulgadas com absoluta
434 prioridade e transparência. Voltando ao assunto, a Secretária Executiva Helena Navarro
435 Gimenez deixou claro que nem sempre é possível diferenciar as matérias oriundas do Conselho
436 e da Secretaria. A assessoria de Comunicação exige urgência para que as notícias não
437 envelheçam e nem sempre é fácil fazer um rápido contato com a Presidente, garantindo a
438 agilidade e acima de tudo, credibilidade na exposição. Nesse momento, num sentido de
439 esclarecimento, o Vice Presidente Leandro Meller apontou haver uma certa diferenciação pois
440 CEDCA é um Conselho de direitos e o CEAS é um colegiado de Políticas. No primeiro deles as
441 reclamações apontavam: as notícias que tinham vinculadas com a Assistência Social eram
442 divulgadas e as demais políticas não. Segundo o Conselheiro, preferencialmente as notícias
443 deverão vir da Presidência porém, na impossibilidade disso, outras ações específicas do
444 Conselho poderão chegar através dos próprios Conselheiros. Pediu a palavra a Conselheira
445 Letícia Reis, dizendo ser claramente explicável uma reclamação que também é do CEDCA: - no
446 site dos conselhos, ele é o verdadeiro protagonista! Talvez futuramente pensar em ter 2 ícones.
447 **Parecer da comissão:** Que seja colocado a fala da presidente do CEAS sempre que possível e
448 na impossibilidade de algum outro conselheiro designado , nas notícias que se referem a ações
449 deliberadas pelo CEAS e com recursos do FEAS; Que as coordenações da SEDS encaminhem a
450 comunicação os objetivos e deliberações do CEAS para efetivação da Política Pública de
451 Assistência Social; Solicita-se que os conselheiros encaminhem notícias referentes a ações
452 regionalizadas realizadas pelo CEAS, estas notícias devem ser enviadas para a Secretaria
453 Executiva do conselho para que possa ser encaminhada a comunicação. **Parecer do CEAS:**
454 **Aprovado. Apresentação do Cronograma do PMAS:** Na última reunião do CEAS foi
455 apresentado um roteiro para elaboração do PMAS, o que será apresentado para os municípios.
456 A utilização deste não será obrigatório por parte dos municípios, considerando que caso este
457 possua um modelo próprio de plano, ele poderá ser utilizado, desde que atenda as exigências
458 da NOB SUAS. Ainda em dezembro será enviado uma nota técnica para os Escritórios
459 Regionais, que deverá ser encaminhada aos municípios , orientando o preenchimento do Plano
460 e em 15 de janeiro será realizada uma web conferência com o mesmo objetivo. O prazo para
461 preenchimento do Plano e envio das resoluções dos conselhos municipais a SEDS será 18 de
462 abril de 2014, serão 90 dias para preenchimento do plano. Ressalta-se que a coordenação da
463 Gestão do SUAS vem discutindo a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação
464 onde o Plano fará parte do processo. **Parecer da comissão:** Comissão ciente e aprovado o
465 cronograma. **Parecer do CEAS: Ciente e aprova o cronograma. Previsão do Pacto de**

466 **Aprimoramento de Gestão do Estado:** Foi aprovado pelo CEAS uma avaliação do pacto de
467 aprimoramento, após o que, foi encaminhada a Resolução 16, de 03 de outubro de 2013 da CIT,
468 que estabelece a revisão de prioridades e metas para o pacto de aprimoramento dos Estados.
469 Esta resolução prevê metas e prioridades prontas que se diferenciam do pacto elaborado pelo
470 nosso Estado, o que exigirá alteração do Plano que vinha sendo discutido, inclusive no que
471 refere a data de vigência do plano que será de 2013 a 2015. A SEDS montou uma comissão
472 para discutir as alterações necessárias e que será apresentada a CIB e ao CEAS no início de
473 2014. **Parecer da comissão:** Ciente. Solicita-se que seja realizada uma web conferência ou
474 tele conferência sobre o pacto de aprimoramento de gestão municipal junto aos escritórios
475 regionais e municípios em fevereiro de 2014. **Parecer do CEAS: Ciente e aprovado o**
476 **parecer da comissão. Retorno das Universidades quanto à adesão do Capacita SUAS:**
477 Foi enviado ofício para 15 Universidades credenciadas junto ao MDS, das quais, 5
478 Universidades Estaduais (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Centro-Oeste e Oeste do Paraná)
479 deram retorno, participando de uma reunião sobre o processo e assinaram o Termo de
480 Cooperação Técnico Financeira, não obtendo retorno das demais Universidades. **Parecer da**
481 **comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. Relato da reunião do FONACEAS, realizado**
482 **em Curitiba - Pr nos dias 27,28 e 29/11/13:** Foi realizada a reunião do FONACEAS com a
483 presença de 16 Estados, sendo que no último dia, compareceram os representantes do Estado
484 do Maranhão. A ausência dos demais Estados foi justificada pela questão orçamentária. Foi
485 realizado um processo de discussão sobre a reorganização do FONACEAS, para que seja
486 fortalecido o seu caráter de fórum. Foram definidas 3 metas por comissão a serem cumpridas
487 até o final da gestão. Na abertura contou-se com a presença da Secretária de Estado da Família
488 e Desenvolvimento Social e foi realizada uma apresentação da Secretaria por parte do assessor
489 técnico Leandro. Ressaltou-se que a organização do encontro foi excelente e que a secretaria
490 executiva e assessoria técnica tiveram papel fundamental neste processo. O Estado do Paraná
491 foi identificado como referência nacional na organização da Política de Assistência Social. Foi
492 apresentado algumas sugestões de alteração na estrutura de pautas das reuniões do
493 FONACEAS, sendo a principal alteração referente aos colóquios, sendo que em cada reunião, 5
494 Estados apresentarão um tema definido previamente e em um segundo momento, os demais
495 Estados poderão interagir sobre as discussões realizadas. Foi construída a agenda para 2014,
496 março no Ceará; julho Mato Grosso; setembro Sergipe (a confirmar) e novembro Mato Grosso
497 do Sul. Por fim, foi lida e aprovada a carta do Paraná. A comissão de comunicação, articulação
498 e mobilização deverá elaborar um instrumento de pesquisa a ser aplicado em todo o Brasil para
499 demonstrar como estão organizados os fóruns, instrumento que será discutido junto aos
500 representantes do CEAS de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na Conferência Nacional de
501 Assistência Social. A secretária executiva do conselho considerou que foram muitos dias de
502 reunião para a pauta proposta e que algumas pessoas focaram muito na questão turística. Os
503 participantes irão socializar com os conselheiros o blog e o facebook do FONACEAS. Posto isso,
504 a Conselheira Presidente Roseli Tonello abordou o desenrolar do evento referente ao
505 FONACEAS, realizado no auditório Mario Lobo, neste Palácio das Araucárias, em Curitiba. Fez
506 uma referência elogiosa à equipe da Secretaria Executiva que atuou nessa recepção, liderada
507 pela Assistente Social Helena N. Gimenez. O sanfoneiro Palmiro (SEDS) fez a alegria dos

508 presentes e sobretudo pontuou a elegância e o conhecimento demonstrados pelo Vice
509 Presidente Leandro Meller, brindando a plateia com o conteúdo do material já apresentado nas
510 Conferências, bastante elogiado e fazendo com que todos tivessem orgulho de ser paranaenses.
511 Esse assumiu que se houve êxito foi também devido aos colegas do Núcleo de Gestão da
512 Informação, Gestão do SUAS e demais Coordenadorias. Destacou-se também o brilhante
513 trabalho que o paraná vem desenvolvendo com a questão das residências técnicas, um modelo
514 de ação que a pedido, deverá ser exportado para diversos estados. No momento seguinte, a
515 representante do Núcleo Jurídico/SEDS, Dra Danielle Vieira justificou sua ausência no evento
516 do FONACEAS, tendo em vista o seu apoio jurídico ao CEAS e CIB. Buscando um espaço, o
517 Conselheiro Arthur (NASA de Foz do Iguaçu) agradeceu a oportunidade usufruída de participar
518 do FONACEAS, cimentando um produtivo contato com os outros Estados na troca de
519 Experiências. **Parecer da comissão:** Ciente. Solicita-se que seja realizado um check list para
520 organização das reuniões do FONACEAS e considerações sobre o número de dias para
521 realização das reuniões e melhor aproveitamento da pauta proposta. A comissão solicitou que
522 os pontos para a pesquisa dos fóruns sejam discutidos na reunião específica durante a
523 realização da Conferência Nacional com os representantes dos 3 Estados e que o resultado
524 desta discussão seja apresentada na próxima reunião desta comissão. **Parecer do CEAS:**
525 **Ciente. Programa residência técnica (inclusão de pauta):** Informa-se que no dia 02 de
526 dezembro, os residentes iniciaram suas atividades junto aos Escritórios Regionais e sede, no
527 entanto, não foram supridas todas as vagas. Desta forma, foi realizado um processo de
528 remanejamento dos residentes para outras regiões e diante das vagas ainda não supridas, será
529 reaberto o edital para um novo processo de seleção. a sequência, foram apresentados ao
530 plenário alguns jovens que fazem residência técnica na SEDS, num total de trinta. A
531 coordenadora Tatiana veio expor que entre as 30 vagas para residência técnica na SEDS
532 constam psicólogos, assistentes sociais, alguns advogados e pedagogos. Será aberto um novo
533 processo seletivo em cima do mesmo edital. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:**
534 **Ciente.** Logo em seguida pediu a palavra a técnica Carmem Zadra (SEDS), solicitando poder
535 antecipar a sua fala, tendo em vista precisar retirar-se devido a consulta médica agendada
536 para as 17:00 horas.(Ampliação dos critérios para construção de CREAS). Na tela, foram
537 projetados os municípios já elegíveis ; (14) dali para frente, a relatoria da **Comissão de**
538 **Documentação e Rede Socioassistencial** foi assumida pelo Conselheiro Vanderlei,
539 **Protocolado nº12.168.413-6: Solicitação de Recurso de indeferimento/cancelamento**
540 **de Inscrição do Instituto de Capacitação e Integração Social - ICIS** Em atendimento ao
541 Protocolado, foi constituída a Comissão Municipal para acompanhamento da Entidade, a qual
542 analisou, entrevistou usuário e emitiu relatório de visita técnica, data de 28/10/2013.
543 Constatou-se que não há cobrança de taxa. Vale observar que o acompanhamento de
544 fiscalização dos demais requisitos para manutenção da inscrição da Entidade permanece sob
545 responsabilidade do CMAS. **Parecer da Comissão:** Face ao exposto, a Comissão é favorável ao
546 acolhimento do recurso da Instituição para manutenção da sua inscrição junto ao CMAS.
547 **Parecer do CEAS: Aprovado. Protocolado nº12.168.415-2: Solicitação do CMAS de**
548 **Francisco Beltrão referente à Casa de Nutrição Nossa Senhora da Glória:** Trata-se de
549 dois ofícios do CMAS de Francisco Beltrão, em que relata a constatação de diversas

550 irregularidades em duas Entidades: a) Casa de Nutrição Nossa Senhora da Glória. b) Pastoral
551 da Criança. Solicita o parecer do CEAS sobre as providências a adotar. **Parecer da Comissão:**
552 Segundo orientações do CNAS, recomenda-se que primeiramente, elabora-se Plano de
553 Providência com prazo determinado, com base no relatório de visita técnica realizada pela
554 Comissão instituída pelo CMAS, visando a adequação da Entidade conforme Normas da Política
555 de Assistência Social. Em caso de não observância, o CMAS deve ao seu juízo, deliberar sobre a
556 manutenção da inscrição das Entidades e comunicar aos órgãos competentes, dentre esses, a
557 Secretaria Municipal de Assistência Social para ciência e providências devidas. **Parecer do**
558 **CEAS: Aprovado. Ofício nº06/2013 do CMAS de Apucarana.** Trata-se de ofício do CMAS
559 de Apucarana que questiona se a equipe técnica mínima da Entidade pode ser formada por
560 voluntários e se existe carga horária mínima para o profissional. **Parecer da Comissão:** De
561 modo à assegurar a profissionalização dos trabalhadores do SUAS e garantir a continuidade da
562 prestação dos serviços, entende-se que a equipe técnica mínima deve ser formada por
563 profissionais com vínculo formal. Vale ressaltar que o trabalho voluntário é válido como forma
564 de estabelecer e/ou ampliar as ações desenvolvidas pela Entidade. Em relação à carga horária,
565 deve estar de acordo à atender a demanda da Entidade e o Plano de Trabalho estabelecido por
566 esta. Por essa razão, não há como se pré-estabelecer uma carga horária mínima em abstrato.
567 **Parecer do CEAS:** Para subsidiar a aprovação do conselho deverá ser encaminhado a consulta
568 ao CNAS sobre a obrigatoriedade de que o trabalhador que atue nas organizações de
569 Assistência Social apresente o vínculo empregatício, bem como manifestando sobre a
570 existência de possibilidade de alguns dos serviços nessas entidades ser executado
571 exclusivamente por trabalhadores com vínculo de voluntários solicitando que essa
572 manifestação leve em consideração todos os serviços tipificados de Assistência Social,
573 questionando inclusive em que ponto está as discussões em âmbito nacional sobre a gestão do
574 trabalho e a profissionalização da gestão do trabalho e do SUAS, questionando também sobre a
575 constituição de equipe mínima para os serviços tipificados que ainda não esteja estabelecidos
576 na NOBRH. Simultaneamente encaminhas solicitação ao CMAS de Apucarana solicitando
577 informações sobre a entidade no que diz respeito aos Serviços desenvolvidos e público
578 atendido" número de usuário, faixa etária - perfil de usuário. **Dúvidas referentes à alteração**
579 **da Lei Federal nº12.101/2009 encaminhadas pelo CMAS de Maringá.** O CMAS de
580 Maringá provocado por Entidade Local trocou mensagens e correspondências eletrônicas com
581 o MDS, solicitando orientações para Inscrição das Casas de Apoio junto com CMAS. Com base
582 nessas correspondências, encaminhou questionamento ao CEAS. **Parecer da Comissão:** Em
583 análise aos questionamentos entendemos que o CEAS deve ser o interlocutor dessas
584 informações junto ao MDS e CNAS, para repasse de instruções a todos os CMAS do Estado.
585 Vale ressaltar que os questionamentos referem-se às dúvidas decorrentes das alterações
586 ocorridas na Lei Federal nº12.101/2009 e atualização de documentos do CNAS e MDS. Diante
587 disso, a Comissão sugere que o CEAS encaminhe ofício ao CNAS e ao MDS vinculando os
588 referidos questionamentos, de modo a poder, na sequência, orientar os CMAS do Estado. Nada
589 impede, que o CMAS, caso queira, procurem orientações diretamente ao Conselho Nacional.
590 **Parecer do CEAS: Aprovado. Comissão de políticas Sociais - Relator:- Conselheiro**
591 **Plínio, Protocolado nº13.011.974-3: Ofício do município de Pato Branco quanto a não**

592 **adesão do Programa Viver Sem Limites.** Os documentos solicitados pelo CEAS que
593 comprovam a renúncia ao PVSL foram encaminhados. **PARECER DA COMISSÃO:** Ciente.
594 **PARECER DO CEAS: Ciente. Implantação Residência Inclusiva Estadual.** Estado
595 implantar 2 Residências, levantou-se o estudo feito pelo Estado. Panorama da situação dos
596 usuários no Estado bem como nas entidades que prestam serviços e observou-se a necessidade
597 de reordenamento, Informou-se as dimensões e diretrizes que são do próprio SUAS, aliadas as
598 condições que o CNAS provocou. São 3 Entidades que em convênio que estão em discussão,
599 Pequeno Cotelengo, APAE Curitiba, e Padre João Ceconello, são 35, 77 e 120 pessoas
600 respectivamente, aproximação com os serviços públicos, a fim de mudança de paradigma –
601 envolvimento com e na rede. Aprimorar o programa, o PIA de forma realmente individualizada.
602 PLANO ESTADUAL PARA IMPLANTAÇÃO – apresentação de todo o diagnóstico com estudo das
603 entidades não apenas para o reordenamento, porém novos acolhimentos, e ainda a
604 apresentação do monitoramento de processo e do resultado. Lei 004/2011 Portaria
605 Interministerial MS/MDS. **PARECER DA COMISSÃO:** A comissão APROVA o Plano e faz o
606 encaminhamento. O CEAS deve provocar a discussão do BPC da pessoa com deficiência na
607 regulação do uso de parte do recurso pela entidade – chamar o Conselho Estadual/Nacional da
608 Pessoa com Deficiência, MP, OAB para o alinhamento da compreensão a fim de se assegurar
609 direitos. Apresentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência feita pelo COEDE, na perspectiva
610 de integração das duas políticas. **PARECER DO CEAS: Aprovado. 4.3 Protocolo**
611 **12.122.988-9 - Apresentação do Termo de Adesão ao Incentivo Família Paranaense**
612 **para ciência dos conselheiros.** Apresentou-se os documentos dos 100 municípios prioritários
613 para a adesão ao incentivo PFP, aos moldes do Termo dos 30 primeiros municípios que
614 receberam. **PARECER DA COMISSÃO:** Ciente. **PARECER DO CEAS: Ciente. 4.4 Protocolo**
615 **13.001.441-0 - alteração da Deliberação 096-2013 que cria duas novas modalidades do**
616 **Programa Família Paranaense.** Duas novas modalidades no Programa Família Paranaense –
617 1) *Transferência de renda direta às famílias* e 2) *Benefícios sociais às famílias.*
618 Mudança da deliberação anterior aprovando apenas o (1), e pensar melhor às questões na
619 modalidade (2). Elaborou-se nova deliberação. **PARECER DA COMISSÃO:** Aprovado o
620 reordenamento do protocolo para uma única modalidade. **PARECER DO CEAS: Aprovado**
621 **sendo que a deliberação ora discutida deverá ser analisada pelo NJA/SEDS, antes de**
622 **ser publicada. 4.5 Atualização dos municípios que aderiram a modalidade AFAl.** No
623 Estado 98 municípios aderiram ao AFAl, 80 não aderiram e 3 municípios desistiram. **PARECER**
624 **DA COMISSÃO:** Ciente. **PARECER DO CEAS: Ciente. 4.6 Retorno do ofício do município**
625 **de Toledo sobre a adesão ao AFAl. PARECER DA COMISSÃO:** Ciente – referente ao Ofício
626 042/2013 do CMAS dirigido ao CEAS acatando a negativa do AFAl e do PFP. **PARECER DO**
627 **CEAS: Ciente. 4.7 Retorno do ofício do município de Campina Grande do Sul sobre**
628 **adesão ao Programa Família Paranaense.** Ainda o CMAS não encaminhou resposta do
629 ofício. **PARECER DA COMISSÃO:** Aguardar. **PARECER DO CEAS: Encaminhamento de**
630 **ofício ao CMAS solicitando a manifestação no prazo máximo de 15 dias após o**
631 **recebimento da correspondência registrada informando que caso aceite não seja**
632 **efetuado dentro desse prazo fica deliberado que a vaga será repassada para o próximo**
633 **município da lista. 4.8 Protocolo nº 10.201.587-8 - Construção de CRAS município de**

634 **Antônio Olinto;** Solicitou-se ao PARANACIDADE solicitando informações – o CRAS não foi
635 implantado por conta de 2 licitações desertas, e informou que por conta de se encerrar o
636 período de convênio do Paranacidade com a SETS encerra-se também o termo desta
637 construção prevista. **PARECER DA COMISSÃO:** 1) O município deve ser informado sobre o
638 conteúdo da resposta do PARANACIDADE a fim de demonstrar o processo tramitado no
639 convênio proposto. 2) Que a SEDS verifique a possibilidade de elencá-lo nas próximas
640 expansões de construção de CRAS, informando ao município com cópia ao CEAS. **PARECER**
641 **DO CEAS: Aprovado. 4.9 Nota Técnica Conjunta CPSB/CPSE nº001/2013.** Referente ao
642 horário de funcionamento de CRAS e CREAS nos municípios. E que o CEAS provoque ampla
643 divulgação, Associações dos Municípios, CMASs, ER/SEDS. **PARECER DA COMISSÃO:**
644 Aprova a nota técnica, complementando texto com a informação de que os municípios podem
645 sofrer sanções previstas em lei. **PARECER DO CEAS: Aprovando a nota técnica devendo**
646 **ser incluído e listado todos os serviços tipificados prestados pela rede pública e**
647 **privada para garantia de continuidade dos serviços, devendo esta Nota Técnica ser**
648 **encaminhada aos Ers e MP, Comunidade).** **PARECER DA COMISSÃO:** Ciente. **PARECER**
649 **DO CEAS: Ciente. 4.11 Para conhecimento: Prontuário SUAS. PARECER DA**
650 **COMISSÃO:** Ciente. **PARECER DO CEAS: Ciente. INCLUSÃO DE PAUTA: 4.12**
651 **Protocolado 12.123.074-7 – Referente a resposta da SEAB – sobre os critérios para**
652 **distribuição de recursos CALAMIDADE PÚBLICA.** Conforme a resposta da SEAB, que
653 informa os municípios que o levantamento do montante de estradas danificadas apenas e não o
654 volume total das estradas a serem melhoradas, pois este recurso deveria ser apenas para se
655 reestabelecer o fluxo, o trânsito que reorganiza o acesso aos bens e serviços necessários para a
656 manutenção dos direitos. **PARECER DA COMISSÃO:** Ciente, e que se encaminhe resposta à
657 AMCESPAR referente ao informe técnico 1544/2013 SEAB. **PARECER DO CEAS: Ciente e**
658 **aprovado o encaminhamento da comissão. 4.13 Protocolado 12.168.473-0 – Referente**
659 **à Minuta de adesão do PAIF.** Aceite de cofinanciamento estadual.. **PARECER DA**
660 **COMISSÃO:** Ciente. **PARECER DO CEAS: Ciente. 4.14 Protocolado 12.168.472-1 –**
661 **Referente à Minuta de adesão do PAEF. Aceite de cofinanciamento estadual. PARECER**
662 **DA COMISSÃO:** Ciente. **PARECER DO CEAS: Ciente. Informes finais:** A) Os informes da
663 CIB deverão ser encaminhados via e-mail. B) Tendo em vista haver um prazo de 120 dias, o
664 relatório final da Conferência será apresentado na plenária de fevereiro. C) Ofício nº
665 020/2013/GS/SESA solicitando indicação de representante do CEAS/PR, para reunião sobre a
666 criação de Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violência, Promoção da Saúde e da
667 Cultura da Paz – Indicada a Conselheira Noemi – Aprovado. **Relato da Comissão**
668 **Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária (Conselheira Daiana).** A Comissão
669 encontra-se desmobilizada, sendo aguardada a campanha e aprovação do Plano Estadual para
670 2014. **Programa Família Paranaense** - Iniciada a transferência de renda para as famílias,
671 sendo contempladas no mês de dezembro, cerca de 93,571 famílias com um montante de R\$
672 2,903.134,00. Ao final informou-se que o CEDCA liberou recursos, visando financiar serviços de
673 fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes. Os Conselheiros Luciana e Plínio
674 acompanharam a discussão. Levando em conta a proximidade das férias, o Conselheiro e Vice
675 Presidente leandro Nunes Meller explicitou o fato de que se alguma emergência ocorrer não

676 será possível convocar uma Assembleia Extraordinária. Sendo assim, se houver uma demanda
677 específica, envia-se para o Núcleo Jurídico da administração. Finalizando a última reunião do
678 ano de 2013, a Presidente Roseli agradeceu de forma penhorada todas as energias positivas
679 recebidas, por ocasião dos problemas de saúde enfrentados no seu círculo familiar. Por outro
680 lado, o CEAS/PR caminhou unido, coeso e forte, batalhando em favor da população paranaense
681 e conseguindo alçar o paraná a uma posição de destaque no cenário brasileiro. Desejando boas
682 festas aos Conselheiros, a Presidente manifestou um agradecimento perene pelos esforços
683 empreendidos, homenageando todos colegiado na pessoa da Secretaria Executiva Helena
684 Navarro Gimenez. Assim, a Assembleia Ordinária do CEAS/PR foi encerrada às 18:00 horas. A
685 presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e
686 formatada por Matheus Duarte da Silva, sendo a Secretaria Executiva Helena Navarro
687 Gimenez.

688